

Índios em discussão

Funai teme retrocesso na demarcação

CYNTHIA GARDA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

BRASÍLIA – O antropólogo Artur Nobre Mendes, 45 anos, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), trabalhou 20 anos na área de assuntos fundiários do órgão. Até a Constituição de 1988, os índios tinham 31 milhões hectares de terra demarcada. Hoje são 88 milhões, 10% do território nacional. Ele propõe que o próximo governo inclua os índios na discussão do estatuto das sociedades indígenas – que tramita há mais de dez anos no Congresso – e crie um fundo para o desenvolvimento desses povos. E defende a maior autonomia da Funai, inclusive para contratações.

– Qual o espaço para a questão do índio na eleição?

– Acho que não ocupou espaço nenhum. Houve iniciativas dos índios para abrir esse espaço. O candidato do PT foi a Manaus por iniciativa deles. O Conselho Indigenista da Funai está tentando dialogar com as equipes dos candidatos. Até agora, o que se tem é de ouvir falar, nenhuma proposta concreta.

– Índios dominam pouco os meios de pressão?

– Sim. Houve um aumento substancial do orçamento da Funai, principalmente em demarcação, mas ele padece desse mal. Trabalhamos priorizando coisas de maneira dramática.

– Qual a verba total?

– R\$ 104 milhões, fora pessoal. Estamos em agosto, e foram liberados R\$ 50 milhões.

– Até o fim do ano toda a verba será liberada?

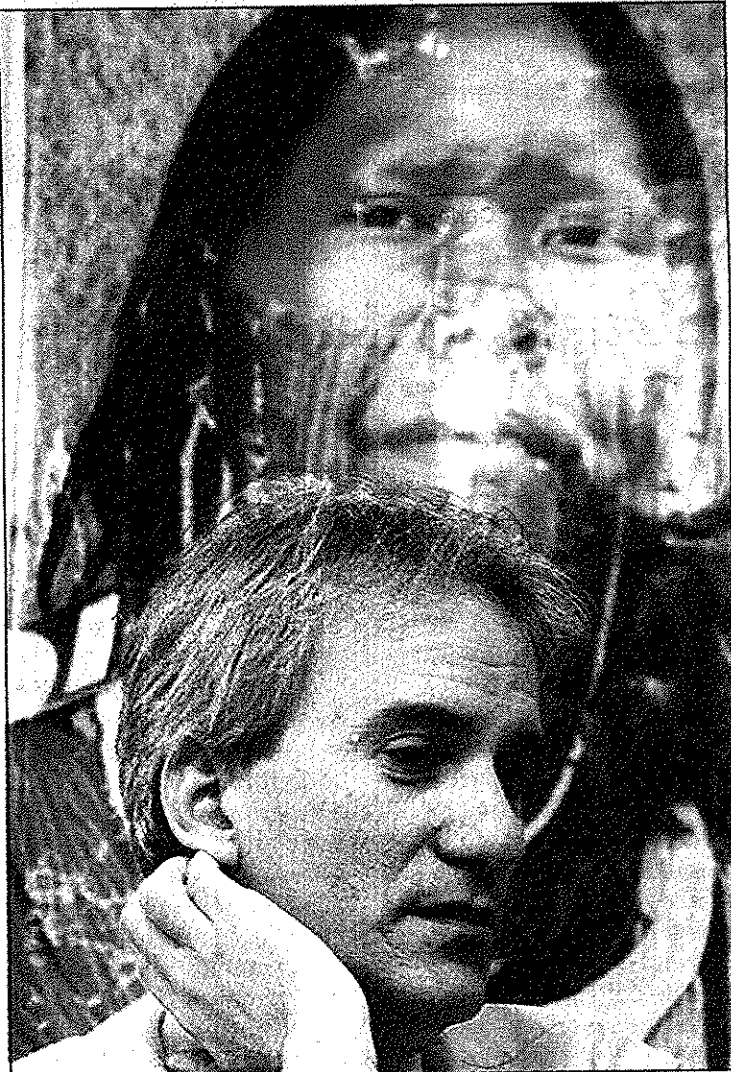
– Espero que sim.

– Esse orçamento inclui a verba para demarcação?

– Tudo. Demarcação, assistência, apoio à produção.

– O acervo da Funai é seguro, não há riscos de fogo, de deteriorar o material?

– Não. A documentação relativa a terras indígenas não está armazenada de forma adequada. O acervo histórico do indigenismo está no Museu do Índio, no Rio, que foi revitalizado. Agora, com verbas do Sívam, vamos fa-



Artur Mendes diz que os candidatos não têm política indígena

zer o mesmo aqui.

– Pode-se dizer que a demarcação evolui principalmente na região Norte?

– Deu-se prioridade a essa região, que estava mais atrasada. Além da questão fundiária, o histórico do contato e a atuação missionária influem nas demais regiões. Estamos demar-

cando áreas no Norte e, nas demais regiões, rever as áreas minúsculas demarcadas pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio. Só que essa revisão envolve dificuldades legais e práticas. Demarcar 10 hectares no Sul do país equivale a 10 mil hectares na Amazônia. Não só pelo custo financeiro, mas social.

– Faltam programas para garantir a sobrevivência e proteção dessa terra?

– Esse é o nó da questão. A Funai avançou em demarcação. Em outras áreas, fez várias tentativas e não conseguiu um modelo – caso do aproveitamento dos recursos naturais e desenvolvimento econômico. A Funai

não conseguiu apontar caminhos que definissem uma política e gerassem frutos nem vencer esse desafio pós-demarcação, porque ele ultrapassa a Funai. É uma questão de Estado.

– Essas populações estariam vivendo o drama de um país sem projeto de desenvolvimento sustentável?

– Talvez. A Amazônia inteira vive esse dilema. Qual a vocação da região? A discussão se reflete nas terras indígenas, com uma diferença: o índio tem a vocação para preservar. Quando depreda é porque absorveu hábitos que o desviam de seu comportamento tradicional. As terras indígenas são as áreas com maior chance de conciliar desenvolvimento e preservação.

– Qual seu temor diante da mudança de governo?

– Que haja um retrocesso na demarcação. Há pressão política para reduzir as áreas demarcadas e temo que haja um retrocesso. Com todos os problemas, a população indígena voltou a crescer por isso.